

COMUNICADO DE REAJUSTE DE ALUGUEL

LOCADOR(a): _____

LOCATÁRIO(a): _____

IMÓVEL: _____

ENDEREÇO: _____

Prezado(a) Senhor(a),

Na qualidade de LOCADOR(a) do imóvel acima referido, venho, por meio deste, comunicar formalmente o reajuste do valor do aluguel mensal, conforme previsto nas cláusulas do contrato de locação firmado entre as partes, em conformidade com a legislação vigente no Brasil.

O aluguel vigente atualmente é de R\$ _____ (valor por extenso), com vencimento no dia ___ de cada mês.

Com base no índice de reajuste pactuado no contrato, o aluguel passará a ser reajustado para o valor de R\$ _____ (valor por extenso), a partir do mês de _____.

Este reajuste respeita o prazo mínimo de 12 (doze) meses entre os reajustes, conforme determina o artigo 18 da Lei nº 8.245/1991 (Lei do Inquilinato).

Solicito que as futuras parcelas sejam pagas pelo LOCATÁRIO(a) no novo valor a partir da data estipulada, mantendo-se as demais condições contratuais inalteradas.

Caso exista alguma dúvida ou necessidade de esclarecimentos adicionais, estou à disposição para contato através dos seguintes meios:

Telefone: _____

E-mail: _____

Sem mais para o momento, reitero meus votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

LOCADOR(a)

LOCATÁRIO(a)

Testemunhas:

1) Nome: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

2) Nome: _____ CPF: _____

Assinatura: _____

Observações Importantes:

- Este comunicado atende ao disposto no artigo 18 da Lei nº 8.245/1991.
- O índice de reajuste deve estar previsto em contrato (ex: IGP-M, IPCA, etc.).
- O prazo mínimo entre reajustes é de 12 meses.
- O não pagamento do novo valor poderá acarretar nas penalidades previstas no contrato.

Fonte original deste documento:

<https://documentos-br.com/comunicado-de-reajuste-de-aluguel/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-br.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.